



Sumário

EDITAL DE COVOCAÇÃO CONCURSO Nº 01/2025	2
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	4
DECRETOS	5
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA MP 01/2026	7

EDITAL DE COVOCAÇÃO CONCURSO Nº 01/2025**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE****CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL Nº 0001/2025****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001.19/2026**

O Senhor **ORIVALDO MUNICELLI**, Prefeito do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovado no **Concurso Público Municipal nº 001/2025**, conforme Edital de Abertura nº 001/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 001.13/2025 de 26 de agosto de 2025.

Art. 2º - Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste/PR, na Divisão de R.H (Recursos Humanos) **no horário das 8:00 as 17:00 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, **obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo**, conforme relação de documentos abaixo:

- 2.1 - Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
 - 2.2 - Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) ou 25 (vinte e cinco) anos, nos casos dos cargos exigidos, na data da posse;
 - 2.3 - Estar quite com as obrigações eleitorais mediante comprovação de Atestado Eleitoral
 - 2.4 - Estar quite e liberado do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino através de comprovação;
 - 2.5 - Possuir documento oficial de identidade e CPF;
 - 2.6 - Possuir CNH categoria D ou superior e Curso de Direção Defensiva para o cargo de Motorista;
 - 2.7 - Não estar condenado por sentença criminal, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, sem ressalvas, expedida pelo cartório;
 - 2.8 - Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
 - 2.9 - Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
 - 2.10 - Não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
 - 2.11 - Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
 - 2.12 - Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;
 - 2.13- Apresentar os demais documentos solicitados no Edital de Convocação para tomar posse do cargo, conforme abaixo.
- a) Carteira de Identidade (RG) original e fotocópia;
 - b) Comprovante de vacinação devidamente preenchido e atualizada
 - c) Título Eleitoral, original e fotocópia;
 - d) Comprovante de quitação das obrigações eleitorais;
 - e) Cadastro de Pessoa Física (CPF), original e fotocópia;
 - f) Carteira de Identidade Profissional, quando couber;
 - g) cópia autenticada em cartório do comprovante da escolaridade e curso específico exigido para o cargo público;
 - h) Registro do Conselho de classe habilitando o exercício da profissão no Estado do Paraná, quando couber;
 - i) Certidão de nascimento ou casamento, original e fotocópia;
 - j) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos, original e fotocópia, quando houver;
 - k) Comprovante de residência atualizado;



- l) Cartão de inscrição no PIS/PASEP, original e fotocópia;
m) 01 (uma) foto 3x4 atual, colorida;
n) Número da Conta Corrente do Banco do Brasil;
o) Exame Admissional - Efetuado pelo Município, sendo que os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comparecer à **Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal**, no prazo estipulado, para receberem o encaminhamento necessário à realização dos **exames médicos admissionais**;
p) Declaração de bens;
q) tipo sanguíneo e fator RH;
2.14 – Os requisitos acima deverão ser comprovados pelos candidatos, se aprovado e convocado para tomar posse do cargo;

Art. 3º - O não comparecimento para atender o presente Edital no prazo estipulado e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público.

Cargo: Agente de Apoio Educacional

Classificação	Nome	Data de Nascimento	Número de Inscrição
1º	Alejandro Lopes de Oliveira	13/03/2004	23788051
2º	Maiara Lima Florenço	27/03/2001	23787379

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, 26 de Janeiro de 2026.

ORIVALDO MUNICELLI

Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 3/2026

O Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Orivaldo Municelli, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o Processo Administrativo nº 9/2026, Inexigibilidade nº 3/2026 à(s) seguinte(s) empresa(s), conforme segue:

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão à Ata de Registro de Preços.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 005/2024 do Pregão Eletrônico nº 08/2024 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense para aquisição de mochilas para os alunos da rede municipal de ensino.

VENCEDORES:

METAH LTDA	R\$ 98.440,00
TOTAL	R\$ 98.440,00

DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	QNT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
METAH LTDA						
1	920	Un	MOCHILA MÉDIA Especificações Gerais - 35 cm de altura x 27 cm de largura x 10 cm de fundo, fechamento com zíper 06 e dois cursor níquel, bolso		R\$ 107,00	R\$ 98.440,00



		frontal medindo 18 cm de altura x 27 cm de largura fechamento através de zíper 06. Bolso lateral em tela colmeia. Costas da mochila no mesmo material, medindo 35 cm de altura x 27 cm de largura. Alças das costas: confeccionadas no mesmo tecido da mochila medindo 29 cm de comprimento e 06 cm de largura. Alça de mão: em fita 100 % poliéster de 30 mm, com 22 cm de comprimento fixada sobre as alças de ombro. As cores serão escolhidas pelo município consorciado solicitante.			
--	--	---	--	--	--

Formosa do Oeste – PR, 26 de janeiro de 2026.

(assinado digitalmente)

Orivaldo Municelli

Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO Nº 19/2026

SUMULA: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no artigo 7º da Lei Municipal nº 1146/2025, de 22 de outubro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) junto ao orçamento geral do Município para o exercício financeiro de 2026, assim especificados:

0200- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

02.05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.1400.2.01100- Manutenção das atividades do Ensino Fundamental das redes municipais

103- Das transferências constitucionais

83- 33.90.40.00-Serviços de tecnologia de informação- PJ

R\$ 250,00

Total

R\$ 250,00

Art. 2º – O recurso indicado para cobertura do crédito aberto no artigo anterior é proveniente de cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

0200- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

02.05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.1400.2.01100- Manutenção das atividades do Ensino Fundamental das redes municipais

103- Das transferências constitucionais

81-33.90.39.00- Outros serviços de terceiros- PJ

R\$ 250,00

Total

R\$ 250,00

Art. 3º Este artigo altera o cronograma de desembolso mensal, conforme as alterações acima.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal “Prefeito Ataliba Leonel Chateaubriand”.

Assinado digitalmente

Orivaldo Municelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 20/2026

SUMULA: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no artigo 6º da Lei Municipal nº 1146/2025, de 22 de outubro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 507.657,59 (quinhentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) junto ao orçamento geral do Município para o exercício financeiro de 2026, assim especificados:

0200- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.06- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.782.1400.2.012- Manutenção e operação do serviço de transporte escolar no município	
1043- Transporte de recursos do FNDE	
2303-33.90.39.00- Outros serviços de terceiros- PJ	R\$ 56.199,59
1013- Programa Estadual de transporte Escolar	
2304-33.90.39.00- Outros serviços de terceiros- PJ	<u>R\$ 451.458,00</u>
Total	R\$ 507.657,59

Art. 2º – O recurso indicado para cobertura do crédito aberto no artigo anterior é proveniente de cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

0800- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.01- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FORMOSA DO OESTE	
12.782.1400.2.012- Manutenção e operação do serviço de transporte	
1043- transporte de recursos do FNDE	
330-33.90.39.00- Outros serviços de terceiros- PJ	R\$ 56.199,59
1013- Programa Estadual de transporte Escolar	
327-33.90.30.00- Material de Consumo	R\$ 1.000,00
329-33.90.39.00- Outros serviços de terceiros- PJ	<u>R\$ 450.458,00</u>
Total	R\$ 507.657,59

Art. 3º Este artigo altera o cronograma de desembolso mensal, conforme as alterações acima.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal “Prefeito Ataliba Leonel Chateaubriand”.

Assinado digitalmente

Orivaldo Municelli
Prefeito Municipal

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA MP 01/2026



Inquérito Civil nº 0052.25.000306-9

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição da República; artigo 120, incisos II e III, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93; e artigo 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 85/99;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição da República, que dispõe que “o *Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*”;

CONSIDERANDO o estabelecido nos artigos 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, bem como no artigo 120, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de “*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia*”;

CONSIDERANDO o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;





CONSIDERANDO o artigo 2º, *caput*, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição da República e Estadual e na Lei Orgânica Nacional;

CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal supramencionado, em seus artigos 67, § 1º, inciso III, e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, *“atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes” e “efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área”;*

CONSIDERANDO que a Constituição da República, em seu artigo 37, inciso II, afirma que: *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”*, excluindo a possibilidade de seleção apenas pela avaliação de títulos de forma isolada;

CONSIDERANDO que a criação de qualquer cargo público depende de prévia edição de lei em sentido estrito, que preveja as funções, remuneração, atribuições do cargo, inclusive os impactos orçamentários e financeiros decorrentes;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no inciso IX do art. 37, prevê que: *“a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”*, tendo o legislador infraconstitucional dado consecução ao comando com a edição da Lei 8745/93;

CONSIDERANDO que as contratações por prazo determinado devem atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 1º da





Lei 8745/1993, devem estar em consonância com os demais princípios administrativos (art. 37, caput, da CF), incluindo-se a realização de processo seletivo simplificado;

CONSIDERANDO a abertura do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 02/2025 pelo Município de Formosa do Oeste/PR, destinado à contratação de diversos cargos, incluindo funções de natureza permanente e essencial, como as de Procurador Jurídico, Professores, Enfermeiros e Assistentes Sociais;

CONSIDERANDO que funções de carreira jurídica, como a de procurador jurídico, exigem estabilidade e independência, não sendo compatíveis com a utilização reiterada de PSS, especialmente quando se constata que o Município depende de contratações temporárias para esta função há aproximadamente dois anos;

CONSIDERANDO a existência de concurso público vigente para o cargo de cuidadora social, com candidatos aprovados em cadastro de reserva aguardando convocação, enquanto o Edital PSS nº 02/2025 abriu 04 novas vagas temporárias para a mesma função;

CONSIDERANDO que a utilização massiva e contínua de PSS para suprir necessidades permanentes e estruturais configura, em tese, grave violação aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, podendo caracterizar ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que a natureza permanente das funções resta evidenciada pela expressiva quantidade e pela essencialidade dos cargos providos de forma precária, conforme relatório elaborado pela Assessoria do Ministério Público, o qual identificou a abertura de 21 (vinte e uma) vagas imediatas, além de cadastros de reserva, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS)/Contrato por Prazo Determinado, para o exercício de funções típicas e contínuas da Administração Pública, assim distribuídas: Auxiliar de Serviços Gerais (3 vagas), Vigia (2 vagas), Agente Comunitário de Saúde (3 vagas), Cuidador (4 vagas), Professor de Educação Infantil – 40h (6 vagas), Assistente Social – 40h (1 vaga), Enfermeiro – 40h (1 vaga) e Procurador Jurídico – 20h (1 vaga),





além de cadastro de reserva para os cargos de Professor – 20h, Professor – 40h e para os demais cargos mencionados.

CONSIDERANDO que o Município, ao ser instado a se manifestar no presente procedimento, sustentou que as contratações realizadas por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) e Contrato por Prazo Determinado destinam-se ao atendimento de necessidades transitórias e excepcionais da Administração. Todavia, o levantamento efetuado, a partir de dados extraídos, revela cenário incompatível com tal justificativa, notadamente: (i) pela utilização reiterada do PSS para o provimento de cargos tipicamente estruturais e permanentes, como **Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Agente Comunitário de Saúde, Cuidador, Professores da Educação Básica e da Educação Infantil, Assistente Social, Enfermeiro e Procurador Jurídico;** (ii) pela abertura de vagas temporárias vinculadas a funções essenciais e contínuas, inclusive com previsão de vagas imediatas somadas a cadastros de reserva, o que evidencia demanda previsível e permanente; e (iii) pela substituição sistemática do provimento efetivo por contratações precárias, em atividades que integram o núcleo ordinário de atuação da Administração Municipal, demonstrando que a insuficiência de servidores não é episódica, mas estrutural.

CONSIDERANDO que a contratação de profissionais por meio de Chamamento Público e Credenciamento deve restringir-se a serviços especializados ou a demandas pontuais e excepcionais. A utilização reiterada dessas modalidades para o desempenho de atividades permanentes e estruturais, tais como ensino, saúde, assistência social, vigilância patrimonial, serviços gerais e assessoramento jurídico, em razão de sua natureza essencial, habitualidade e continuidade, descaracteriza a excepcionalidade da contratação e pode mascarar verdadeira relação de emprego público, configurando, em tese, burla à exigência constitucional do concurso público.

CONSIDERANDO, por fim, que a adoção reiterada e massiva do Processo Seletivo Simplificado e de contratos por prazo determinado para suprir necessidades ordinárias e permanentes do Município de Formosa do Oeste/PR revela,





em tese, violação aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência administrativa, bem como afronta direta à exigência constitucional do concurso público (art. 37, inciso II, da Constituição Federal), circunstância que pode ensejar a responsabilização por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/92.

RESOLVE RECOMENDAR,

Ao Senhor Prefeito do Município de Formosa do Oeste/PR, Sr. **ORIVALDO MUNICELLI**, ou a quem a substitua ou o suceda no cargo, para que, em cumprimento às disposições legais e constitucionais mencionadas, e em vista das circunstâncias ora apuradas, determine as seguintes medidas:

1. Abster-se de realizar novas contratações temporárias, seja por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), seja por Chamamento Público ou Credenciamento, para o exercício de **funções de caráter permanente e estrutural da Administração Pública Municipal**, tais como aquelas relacionadas ao ensino, à saúde, à assistência social, à vigilância patrimonial, aos serviços gerais e ao assessoramento jurídico, ressalvadas exclusivamente as hipóteses de necessidade temporária e excepcional, estritamente previstas na legislação municipal e no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

2. Promover o mapeamento integral, técnico e conclusivo de todos os cargos e funções atualmente providos de forma precária (PSS, contratos por prazo determinado, credenciamentos ou outras formas atípicas) que correspondam a **necessidades permanentes da Administração**, com o objetivo de dimensionar a real carência de pessoal efetivo no Município, abrangendo, especialmente, os cargos de auxiliar de serviços gerais, vigia, agente comunitário de saúde, cuidador, professores (20h, 40h e educação infantil), assistente social, enfermeiro e procurador jurídico.
Prazo: 60 (sessenta) dias.

Rua Severiano Bonfim dos Santos, 66, Centro, Formosa do Oeste/PR
Telefone: (44) 3526-2049
E-mail: formosadooeste.prom@mppr.pr.br





2.1. Caso constatada a inexistência ou insuficiência de cargos efetivos correspondentes, elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores **projeto de lei para a criação ou adequação dos cargos públicos efetivos necessários**, de modo a viabilizar o provimento regular por concurso público.

2.2. Adotar as providências administrativas, financeiras e orçamentárias indispensáveis à realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, contemplando todos os cargos identificados como permanentes e necessários.

Prazo: 180 (cento e oitenta) dias.

3. Promover os atos administrativos necessários para o preenchimento de todas as vagas decorrentes de vacância permanente no quadro da educação municipal e hoje ocupadas por contratados por tempo determinado, para tanto: **a)** convocando os demais candidatos aprovados em cadastro de reserva; e **b)** **iniciando concurso público para provimento das vagas**, acaso não haja candidatos aprovados em número suficiente. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

4. Encaminhar um cronograma detalhado de ações voltadas à imediata regularização do quadro de pessoal, com as medidas concretas que serão adotadas para o integral cumprimento desta Recomendação, anexando cópia dos atos normativos, projetos de lei e cronogramas de concurso público que porventura tenham sido elaborados.

Fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, a partir do recebimento desta, para manifestação de Vossa Excelência acerca do acatamento e das medidas adotadas para fiel cumprimento desta Recomendação – a ser entregue na Rua Severiano Bonfim dos Santos, nº 66, Centro, Formosa do Oeste/PR, ou pelo e-mail formosadooeste.prom@mppr.mp.br, advertida de que **a inobservância de seus termos**





implicará na possibilidade de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, sem prejuízo do ajuizamento de ação civil pública em face do Município de Formosa do Oeste/PR, para a obtenção do resultado aqui pretendido.

Com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, **REQUISITA-SE**, ainda, ao Prefeito do Município de Formosa do Oeste/PR, **que determine a publicação desta Recomendação Administrativa no órgão de imprensa oficial do município**, independentemente de seu acolhimento, o que, também, deverá ser comprovado, no mesmo prazo acima.

Formosa do Oeste/PR, *datado e assinado digitalmente*.

ALEXANDRE GALATI SANTOS PEREIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Rua Severiano Bonfim dos Santos, 66, Centro, Formosa do Oeste/PR
Telefone: (44) 3526-2049
E-mail: formosadooeste.prom@mppr.pr.br





Documento assinado digitalmente por **ALEXANDRE GALATI SANTOS PEREIRA**,
PROMOTOR DE JUSTICA ENTRANCIA INICIAL em 20/01/2026 às 17:48:44,
conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no
âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de
outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **5573717** e o
código CRC **4180799697**



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4CAB-C980-4C8A-5579

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DENIS FERREIRA DA SILVA COSTA (CPF 030.XXX.XXX-42) em 26/01/2026 18:05:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://formosadooeste.1doc.com.br/verificacao/4CAB-C980-4C8A-5579>